



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 09-11-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Bom dia a todos.

Estão presentes os Vereadores Arselino Tatto, Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes e Sansão Pereira.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 59ª Audiência Pública do ano de 2023.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditóriosonline pelo YouTube, no canal da TV Câmara São Paulo; Facebook, da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 24 de outubro no *Diário Oficial da Cidade*; dia 26, no jornal *Estado de S.Paulo* e dia 27, no jornal *Folha de S.Paulo*.

Informo que as sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas também pelo *hotsite*: www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audiências-publicas.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audiênciapublicavirtual e podem ser feitas nesse momento junto à secretaria da Comissão, aqui a nossa esquerda.

Foram convidados para essa audiência os Srs. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, não está presente; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal de Subprefeituras, também ausente; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, está ausente; Dr. Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral, está ausente; Dr. Mário Luiz Sarrubbo, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, está ausente; Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Passemos à pauta, 12ª Audiência Pública, PL 586/2023, Executivo, Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 - Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras

providências.

Pergunto à assessoria se temos inscritos.

Gostaria de registrar a presença do Sr. Antonio Mateus Buzunas, técnico da Secretaria de Subprefeituras e da Sra. Maria Fernanda Willy Fabro, técnica da Secretaria de Subprefeituras. Muito obrigado pela presença.

O SR. RODRIGO GOULART – Aos presentes, só para relatar que na audiência de ontem fizemos a apresentação do mapa da Comissão, eu como relator, mas com a aprovação dos membros que já tinham ciência desse mapa. Então, o mapa está aqui à disposição dos que estão presencialmente nessa audiência pública. Da mesma forma também, através do *site* da Câmara, com todos os arquivos em formato PDF e SHP, para que tenham todos a possibilidade de consulta.

Então, mais uma vez, fazendo referência a esse mapa, que é um mapa que retrata o zoneamento, que é válido hoje na cidade, o zoneamento de 2016, com todas as zonas em todas as regiões, como também as restrições previstas na legislação atualizada do Plano Diretor Estratégico, a legislação de hoje, julho de 2023. Então, com todas as restrições, a identificação de quarteirões com vilas e todas as restrições ambientais, históricas, culturais e paisagísticas já previstas no Plano Diretor e de acordo com o artigo 77 desse plano, nós estamos agora, durante o zoneamento, trazendo para o mapa e, aí sim, identificando cada uma dessas restrições - posteriormente, tanto no primeiro como se houver um segundo substitutivo. Aí sim, traremos todas as demais alterações, que deverão ser necessárias não só na questão da ampliação dos eixos como também em qualquer outro tipo de ajuste que deverá ocorrer no zoneamento da cidade.

Eram essas, Sr. Presidente, minhas palavras iniciais até para auxiliar na base da realização desta audiência pública, e sigo à disposição de cada uma das senhoras e dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart. Também lhe agradeço por ter presidido a sessão ontem. Infelizmente, por motivo de saúde, não

pude estar presente.

Passemos aos inscritos *on-line*. A primeira é a Sra. Paula Nogueira, secretária da empresa AMJS. (Pausa) Está ausente. Sra. Raquel Zanetta de Lima Domingues, munícipe. (Pausa) Ausente. Sr. Oscar Leite Junior, arquiteto. (Pausa) Ausente. Não havendo mais inscritos *on-line*, pergunto à assessoria se temos inscritos presenciais. (Pausa) Sr. Alvaro Granato, arquiteto, por três minutos. Pode ser no microfone aqui, ali ou da tribuna, onde for mais conveniente para o senhor.

O SR. ALVARO GRANATO – Bom dia a todos.

Meu nome é Álvaro Granato, sou arquiteto e urbanista. Tenho acompanhado bastante todo o trabalho desenvolvido e todas as preocupações da equipe que está desenvolvendo o novo plano de urbanismo, não sei se dirigido ou encabeçado por um grande participante, José Armênio Cruz, que admiro bastante. Dividimos a mesma forma de pensamento desde a faculdade, estudando essa relação entre moradia e trabalho e as proximidades dentro dos pontos de transporte público e locomoção, evitando que as pessoas tenham que fazer grandes movimentos.

Sou proprietário de quatro imóveis que, quando adquiridos, estavam em uma zona estritamente residencial, bacana, arborizada. Com os projetos da Prefeitura, chegou uma via na frente, Roberto Marinho, com quatro vias e uma estrutura gigantesco de um monotrilho passando em cima do terraço das minhas quatro casas. Eu estou com placas de locação há cinco anos. As casas deixaram de ser residenciais, as pessoas não querem morar no barulho, na poluição e com uma estrutura gigantesca de carros passando na frente.

Como arquiteto, então, não conseguindo alugar residencialmente meus imóveis, tentei transferir o meu escritório para lá. Impossível. O meu CNPJ não é compatível com aquele endereço, porque é residencial. Então, o setor da minha quadra é este (orador exhibe placa com os dizeres Setor 085 Quadra 122). Eu estou de frente para a Roberto Marinho, nessa quadra que é considerada residencial. Detalhe: em todos esses anos, a Prefeitura me cobra um IPTU não residencial. Então, eu tenho: uma estrutura do monotrilho em cima dos meus terraços; quatro

faixas de frente para a Avenida Roberto Marinho; e a Prefeitura, há anos, me cobra um IPTU não residencial, que custou, no último não, a bagatela de 22 mil reais, sem eu ter os meus imóveis nem para usufruto como residencial nem posso instalar o meu escritório de arquitetura no meu imóvel porque é uma zona residencial embaixo do monotrilho.

Estou com todos os espelhos do IPTU em mãos, caso alguém tenha alguma dúvida sobre todos os imóveis. Então, peço que seja reconsiderado o zoneamento dessa quadra, porque, no meu entender, ela não atende mais como residencial. Tenho hoje quatro elefantes brancos onde não posso morar nem ocupar com CNPJ, e tenho agora em janeiro entre 22 mil e 25 mil para pagar para a Prefeitura para um uso de não-residencial, ou seja, comercial. Estou aqui pedindo ajuda a vocês. Estou desesperado. Obrigado.

O SR. RODRIGO GOULART – Só um aparte, Presidente. Obrigado, Sr. Alvaro. Sr. Alvaro, o senhor informou a quadra, mas para deixar claro para quem nos assiste, é a Roberto Marinho em qual altura, esquina com qual rua?

O SR. ALVARO GRANATO – A 100 metros da estação do metrô Campo Belo. É Rua Arizona, início da Rua Arizona. Aqui no mapa não sei se a câmera pode mostrar, eu consigo apontar. É a única quadra que há como estritamente residencial, mas ela não foi corrigida, e eu estou no desespero de pagar por uma coisa que eu não posso usar; cobrança indevida há anos, e não consigo mudar isso.

O SR. RODRIGO GOULART – Muito obrigado.

O SR. ALVARO GRANATO – Eu é que agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Alvaro. Particularmente, considero muito justo o seu pedido, e o que estiver ao meu alcance, o senhor tem o meu apoio para corrigir esse erro. É absurdo o senhor pagar e não ter uso. Daqui a pouco vão ocupar o seu imóvel. Isso não pode acontecer.

Quero registrar a presença da Sra. Patrícia Saran, Coordenadora de Participação Social da Revisão, da SMUL; Sra. Daniella Richards, Coordenadora de Legislação de Uso e Ocupação do Solo – DEUSO; Sra. Márcia Leite, Coordenação de Participação; e Sra. Pollyanna

Sjobon Veras, de Participação Especial, da SMUL.

Próximo inscrito, Sr. Marcelo Siqueira Moreira, da CPM Lideranças SP. Obrigado pela presença.

O SR. MARCELO SIQUEIRA MOREIRA – Obrigado, Vereador Rubinho, Vereador Goulart. Antes de iniciar, Vereador, só uma questão de ordem. Quantas pessoas foram inscritas na forma *on-line*? (Pausa) Só três pessoas? Ontem, eram oito horas da noite, o *site* estava bloqueado para inscrições. Várias pessoas do COM Lideranças SP queriam fazer inscrições *on-line* e até me comunicaram, mas o *site* não estava aberto. Então, acho que é algo que vocês precisam verificar.

Para iniciar, venho do Grajaú, sou do Jardim Mirna. No mês de junho passado, estivemos participando, no Estádio do Corinthians, da entrega de 11 mil títulos de regularização fundiária feita pelo Governador do Estado a pessoas que vivem lá há mais de 20, 30 anos; pessoas chorando, com suas famílias. Naquele momento, a gente naturalmente percebeu que o maior gargalo da cidade hoje é a regularização fundiária; são muitas as áreas sem regularização fundiária. Esse número de 11 mil pessoas é pouco perante os 12 milhões de habitantes da cidade de São Paulo, mas a gente percebe que a Lei 13.465/2017, instituída pelo Governo Federal, e a Lei 17.734/2022, instituída por esta Casa tratam desse tema, só que ainda é uma questão tímida no município; ou seja, o Poder Público ainda não está se fazendo valer dessas duas legislações, a federal e a municipal, ambas já em vigor.

A Lei 17.975/2023, o Plano Diretor Estratégico, do seu artigo 16 ao 18, trata de algo importante dentro das áreas de ZEIS, que é o Conselho Gestor das áreas de ZEIS. Muitas vezes, esses Conselhos poderiam ser um caminho mais fácil para trazermos a regularização fundiária para o debate, apesar de percebermos que o Poder Público Municipal não está levando a sério essa questão dos Conselhos Gestores de ZEIS, e isso precisa começar a ser levado a sério. O que a gente pede é que esta Casa e o Governo Municipal, de fato, instituem os Conselhos Gestores de ZEIS, porque só assim o debate poderá ser bem fraterno e legal entre o Poder Público e a sociedade civil, já que os Conselhos estão divididos entre duas partes, 50% Governo

e 50% sociedade civil. Só assim nós poderemos trazer à baila essa discussão, que eu iniciei há duas sessões, sobre as áreas de ZEPAM da zona Sul, pois nessa região há pessoas com moradias nessas áreas de 10 há 15 anos.

Concluindo, Vereadores, a gente pede que vocês tenham um olhar muito sério com a da regularização fundiária e com as áreas de ZEIS, porque essa é a forma de a gente estar trazendo esse debate à tona.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Marcelo.

Um esclarecimento: as inscrições para esta audiência pelo *site* da Câmara foram abertas no dia 24 de outubro e ficaram disponíveis por 14 dias. Como a assessoria sempre encerra as inscrições às 19h do dia anterior para que a gente possa organizar a sessão do dia subsequente, não foi possível fazer as inscrições. Apesar de esta audiência de hoje contar com um número pequeno de pessoas, o número costuma ser bem maior nas audiências públicas; além disso, boa parte dos inscritos *online* não costumam se manifestar tanto.

Tem a palavra a Sra. Rosalia, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE – Bom dia a todos. Eu estou aqui de novo para agradecer, porque, quando levamos a notícia para o Coletivo, foi uma alegria só. Por isso, nós estamos agradecendo.

No entanto, eu trouxe algumas dúvidas sobre a questão do uso que o Coletivo me passou e que agora eu passo para vocês. Eu tenho visto como é importante a questão do uso, que pode matar uma rua e matar alguns imóveis. Lá, de fato, o uso preponderante é o de moradia, com algumas coisinhas assim que não incomodam, como uma pessoa poder atender na sua casa, mas mora lá.

Outra questão é a exclusão da quadra, mas, como nós temos vilas, eu vi no projeto de lei enviado pelo Executivo, que esta Casa ainda vai discutir, que as vilas estarão em áreas ZPR, que têm um determinado uso. É isso, se eu não estiver enganada. Como essas vilas têm ruas sem saída com problemas de relevo, eu gostaria de saber como ficará a questão de uso.

Nós solicitamos a ZPR, mas como a legenda não pode apresentar duas cores, uma ia ficar em cima da outra, não sei como vocês vão fazer, se vão inserir a vila em ZPR. Eu trouxe essa dúvida mais para levantar o debate e depois eu vou trazendo as propostas do Coletivo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Rosalia Fiquei feliz por sua demanda ter sido atendida. O Vereador Goulart, inclusive, já vai lhe responder.

O SR. RODRIGO GOULART – Sra. Rosalia, não só no caso do Jurubatuba Mirim, mas como em todos os outros, não há um novo zoneamento, porque agora nós só mostramos quais serão as exclusões das áreas de influência de eixos para um posterior zoneamento. Então, se vocês tiverem, nos tragam alguma sugestão e até o levantamento de atividades comerciais, para que a gente não atrapalhe as já lá estabelecidas, para que possam ser uma possibilidade. Não sei se elas se enquadram em uma ZPR, pois o tipo de atividade comercial inserida nessa zona é muito restrita, mas que nós possamos pensar em uma possibilidade não só para o Jurubatuba Mirim, mas também para outros casos que estão sendo excluídos das outras áreas de influência de eixo.

No projeto original do Executivo tem realmente essa sugestão de projeto de lei, que está sendo discutido agora, mas a gente ainda não determinou se todas as vilas realmente serão colocadas em ZPR; tudo leva a crer que sim. Antes da tramitação e do final do projeto, é difícil que a gente garanta nesse caso, mas eu acredito que sim, até pela preocupação com esta Comissão. Retrato disso foi o mapa apresentado ontem na audiência pública, e é por isso que eu acredito que a gente avance realmente para esse posicionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Antes de passar a palavra ao Sr. João Afif Acras, advogado, registro e agradeço a presença da Sra. Marcia Leite, Coordenadora Especial da SMUL e do Vereador Fabio Riva, pelo sistema *online*.

Sr. João, o senhor tem a palavra.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Obrigado, Vereador Presidente também.

Na verdade, estou dando uma olhada aqui numa coisa e estou prestando atenção no seguinte: aqui as vilas estão mais excluídas das zonas de influência dos eixos nos mapas, porque algumas áreas que contêm vilas - porque a gente tem alguns problemas de conceituação de vila, rua sem saída, travessa e isso ainda não é muito pacificado nem na legislação -, então, a gente tem a conceituação, mas é meio parecido. Enfim, até para a gente que trabalha com isso todo dia é meio difícil identificar uma vila até porque tem a questão legal, se foi uma vila construída, às vezes não está na matrícula do imóvel, às vezes está e às vezes não. Enfim, desculpa a expressão, mas é um rolo.

Outra questão, acho que a gente tem que identificar alguns quarteirões que têm problema de vila em quarteirões muito grandes. Vejo um quarteirão que me chamou muita atenção na zona Leste.

- Orador exhibe um mapa.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Aqui, este quarteirão. Não sei se a câmera pega em algum lugar. Ele é um quarteirão que fica, por exemplo, na esquina da Salim com a Celso Garcia. É um quarteirão que tem mais ou menos 500 metros de comprimento por 250 de largura. É um quarteirão bem grande e ali você tem uma vila em uma extremidade com quatro casas, duas dessas casas já foram demolidas. Chequei porque é um caminho que eu faço durante um trabalho que eu faço na região e eu fui checar e ele está conceituado como vila e é uma área de ZEU na esquina da Celso com a Salim Farah Maluf. É um lugar interessante para o desenvolvimento imobiliário, um quarteirão e meio do metrô.

Então, acho que a gente tem que tomar algum cuidado com essas questões de identificações de quarteirões muito grandes que podem se perder em questões como essa. Vejo outros quarteirões próximo da Água Branca e etc. É interessante a gente observar isso que às vezes isso pode ter algum problema.

Outra questão que acho importante - que aqui nosso colega que eu não ouvi o nome dele, eu estava lá fora, cheguei logo depois, Álvaro e também a Rosalia falou - é que, insisto, é

a questão do uso. O uso é muito importante nos imóveis. Vejo ali também na Roberto Marinho. Sei que tem influência da questão da Operação Urbana Água Espreada, enfim, existe um mix de legislações incidentes ali, mas essa questão do uso é importante, porque, você veja, na Água Espreada nós temos áreas de ZER de frente para o monotrilho, que não são ZER. Você não pode fazer mais nada ali. A questão não só também de segurança, não tem mais a vocação.

A questão do uso é uma coisa um pouco difícil de entender por algumas pessoas que não são técnicas, da área, e não trabalham com isso diariamente. A questão de tabela de uso da Prefeitura tem lá o que CNAE da sua atividade e os usos possíveis, que isso entra em cada zoneamento nas tabelas. Esse é, digamos, o lado B da legislação do zoneamento que a gente precisa olhar com as possibilidades de uso, porque, por exemplo, na legislação - eu vou encerrar, Sr. Presidente, só um tempinho - nós temos ali algumas questões, por exemplo, essas inovações de sandbox, etc., que são essas empresas de inovação. Mas como isso entra no uso? Como classificá-las? E a gente tem outras e novas atividades que entraram no *hall* da sociedade, principalmente depois da pandemia, que a gente precisa identificar que talvez seja o uso compatível com aqueles locais.

Então, não sei como. Vou pensar em viabilizar isso até as próximas reuniões para entregar junto com outras demandas, mas que seria interessante de a gente pensar em algumas classificações e alguns usos na tabela de uso da Prefeitura para poder viabilizar alguma coisa em certos locais, porque eu acho que a tabela de uso está muito 2014, 2016 e o mundo mudou muito nos últimos anos. E, compatíveis com a vizinhança e não sempre mudar o uso... gente, só para entender, não é verticalizar, construir prédio, não é isso. Mudar o uso, às vezes, é a mesma volumetria, a mesma casa, como ele falou, colocar o escritório de arquitetura dele que é uma coisa que não vai ter nenhum tipo de impacto na vizinhança, mas vai ter uso para o imóvel, vai trazer gente, segurança, fluxo. Isso que é importante.

Sr. Presidente, Vereador Rodrigo, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Presidente.

João, obrigado pela contribuição.

Primeiro, respondendo o Marcelo sobre a questão da regularização fundiária.

Você deve ter visto que no Plano Diretor aumentamos em 10% o dinheiro destinado ao Fundurb exatamente direcionado à regularização fundiária e urbanização de favelas, com a prioridade em áreas de risco R3, R4 e Mananciais. Então, já é um grande avanço e a preocupação da atual gestão e capitaneada pelo Prefeito Ricardo Nunes em priorizar essa questão não só da produção de habitações de interesse social, mas também de unidades habitacionais e com a regularização fundiária, inclusive na nossa região que a gente conhece tanto.

A questão de ZEPAM para ZEIS, a gente tem discutido e analisado junto à Secretaria do Verde para que a gente possa identificar algumas possíveis áreas, principalmente dessas ocupações que estão consolidadas já há muitos e muitos anos, algumas até antes de se tornar ZEPAM. Então, a gente tem discutido essa questão junto à Secretaria do Verde que já tem feito alguns apontamentos junto à nossa Comissão.

João, essa questão que você falou sobre as vilas não é que todos os quarteirões identificados estão perdendo ou deixando de ter a área de influência dos eixos. Então, as vilas foram identificadas por quê? Deverá haver essa preservação das vilas e o respeito à área envoltória delas da mesma forma como nos bens tombados, mas o quarteirão continua recebendo a área de influência de eixo. Então, não teve uma exclusão, a não ser que a vila seja 80, 90% do quarteirão e também as que têm algum pedido ou algum processo de tombamento. Também temos alguns casos de vilas que os moradores não querem saber de preservação porque, como você falou, são vilas que foram construídas e que já não têm mais aquela identificação paisagística que tinham à época de sua criação ou algo do tipo.

Então, nós temos casos e casos, por isso que é importante a participação popular, a participação dos cidadãos para que a gente possa identificar quais são esses casos: os que querem e necessitam da preservação e têm todo o seu histórico, têm as suas comprovações; e aqueles que não, que também devem aqui nos colocar quais são esses critérios ou os

parâmetros que identificam de não haver essas características de preservação.

Só para deixar claro aqui que não é porque tem a vila que deixará de haver a área de influência dos eixos ou da sua expansão ou do seu controle.

Sobre os usos, a gente também tem identificado e aqui tem tido as mais diversas opiniões e demandas dos cidadãos, diversas necessidades de alteração dos usos e, com certeza, será uma das matérias tratadas nessa revisão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Boa tarde, Sr. Presidente Rubinho Nunes, nosso relator Rodrigo Goulart e todos os que nos acompanham de maneira virtual ou presencial, seja através da Rede Câmara ou do YouTube.

Quero inclusive aproveitar, Sr. Marcelo, e contribuir também com a fala do nosso relator Rodrigo Goulart. Não sei se o senhor tem a informação: de 2021 até o momento, mais de 38 mil famílias já foram beneficiadas na regularização fundiária. Só no primeiro semestre de 2023, 10.684 famílias de nove áreas da cidade já foram beneficiadas. Para o segundo semestre do ano, são 89.947 famílias que serão favorecidas em 319 áreas diferentes da regularização fundiária. No total, cerca de mais de 100.000 famílias serão beneficiadas com os procedimentos da regularização fundiária até o final de 2023. A meta para a gestão é de beneficiar 220.000 famílias com ações de regularização fundiária até 2024. Lembrando também que estive presente, há duas semanas, lá no Jardim Vitória, em Vila Bela e são mais 16.000 títulos. O Prefeito Ricardo Nunes, com a Sehab, o nosso Secretário Milton Vieira e diversos outros secretários e vereadores estivemos lá para lutar para liberar na questão de regularização de 16.000 famílias. E também o Jardim Vitória que, inclusive, desde 2022 nós também estivemos lá presencialmente, fizemos ofício e o Prefeito já liberou uma verba para que seja realizada também a regularização fundiária nesse local. Então, apenas para informação aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente obrigado. Obrigado, Sr. Marcelo. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sanção.

Agora sim, Sr. Luiz Castro, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença. Desculpe.

O SR. LUIZ AUGUSTO LEONARDO DE CASTRO – Bom dia. Obrigado pela oportunidade. Bom dia a todos.

Acho interessante a gente conseguir aprofundar a questão dos mapas aqui. Eu acho que esse é exatamente o momento que a gente precisa.

Eu queria fazer alguns pedidos aos vereadores, porque alguns se deslocam lá, em alguns bairros, para fazer algumas reuniões pontuais com algumas associações. Mas eu tenho acompanhado lá, da região, que acaba não tendo tanta expressividade popular, nesse sentido. E algumas reuniões acabam sendo em locais distantes. Eu vou falar especificamente Brooklin e Moema ali, a minha região. Você vir este horário para cá...até parablenzo aí, eu sei a luta que é da região da Roberto Marinho, mas a gente poder criar uma agenda específica para a nossa região, porque, no mesmo caso do Álvaro, tem muitos outros que também estão sofrendo pelo mesmo motivo. E, muitas vezes, o imóvel é residencial e a cobrança é comercial e ele não pode exercer. É uma coisa muito louca, né. E é justamente na ausência da fiscalização, também da prefeitura, que muitos comércios acabam surgindo para ele sobreviver, porque ou ele não vai pagar o IPTU - que já está transformado no residencial - ou o imóvel dele pode ser invadido. Têm muitas invasões lá, minicracolândias inclusive, na Roberto Marinho.

Então, eu queria pedir para que a gente consiga criar uma agenda específica. Colaboro com todo mundo e, fazer o movimento, lá, com as associações, porque ele é um problema pontual, mas existem muitos outros casos que, para ele sobreviver na região, ele tem que trabalhar na ilegalidade. Eu acho que, como não houve a fiscalização da região e a região também se transformou, a prefeitura tem de falar: “Bom, então agora aqui não é mais isso. Realmente agora aqui é outra coisa”, e entender que o desenvolvimento urbano, mesmo que desordenado, ele acabou acontecendo.

Então, eu venho aqui pedir para que a gente possa criar uma agenda específica para aquela região. Eu tenho certeza de que vamos fazer um grande movimento com outros

moradores e trazer os casos. Isso porque a própria Subprefeitura é um local que poderia nos receber, assim como em outros locais, a gente precisa, para cada região, dar o *zoom* no mapa, porque os mapas aqui são bem amplos, mas a gente tem de setorizar e olhar lote a lote do que está acontecendo, conscientizar os moradores. Têm as reuniões lá dos Consegs, que a gente consegue fazer o convite para uma gama maior de munícipes, conscientizar as pessoas, porque é um momento importante, latente, e que só vai acontecer de novo, talvez, daqui a 15 anos.

Então, vamos tentar fazer isso como uma forma de excelência, para que todos tenham a mesma oportunidade e depois não venham questionar também a ausência do Legislativo e da prefeitura, e até de reclamar de eventuais fiscalizações, porque não participaram das próprias audiências.

Era somente isso: pedir essa agenda para essa região.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Luiz. Vamos conversar. Vou estudar para a gente atender essa demanda, tá, como viabilizar.

Não temos mais inscritos. Antes de encerrar, eu gostaria de pedir à assessoria que passasse o vídeo que a SMUL mandou sobre o tema.

O SR. RODRIGO GOULART - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Tem a palavra, Vereador Rodrigo.

O SR. RODRIGO GOULART - Só para lembrar ao Luiz, que ele já está sabendo e, com certeza, mobilizando os moradores do Brooklin, que nós teremos sábado agora, lá na Associação Comercial, em Santo Amaro, a audiência pública regional e teremos diversas outras, em diversas regiões. Hoje, é na Casa Verde. Amanhã, teremos na Mooca. E já tivemos em Perus, Sapopemba, Grajaú. Acho que foram essas as regionais que aconteceram até agora. Teremos ainda mais. Além das audiências que são coordenadas aqui pela Comissão de Política Urbana, o Presidente da Comissão também abriu a possibilidade de as demais comissões temáticas da Casa terem também as suas audiências públicas, determinadas pelas comissões. Se eu não me engano, a Comissão de Saúde estava avaliando em fazer uma na região de Vila Mariana. Então, temos, sim, diversas audiências públicas. Todas elas presenciais, mas, também, com a

possibilidade virtual e a participação também através da plataforma *Teams* e pelo *hotsite* também da Câmara, onde se encontram todas as informações no *hotsite*. E, além da possibilidade de participação, também há o mapa publicado.

E já faço aqui minha fala de encerramento, Presidente. Gostaria de agradecer toda a equipe das secretarias da Casa e todos os funcionários desta Casa que, no dia de ontem, ainda, levaram ao *Diário Oficial* todos os mapas, que todos estão vendo aqui na forma presencial, e existe o arquivo também no *hotsite*. Então, estão publicados no *Diário Oficial* de hoje os mapas apresentados. E, aqui, faço a leitura que, na sessão da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente os mapas foram apresentados, durante a audiência pública realizada pela Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio ambiente em 08/11/23, sobre o projeto 586/2023 de autoria do Executivo, que dispõe sobre a revisão da Lei 16.402/2016. Então, só para que fique claro, os seis mapas: o mapa de zoneamento, o mapa geral - zona Leste, zona Norte, Zona Oeste, Centro e zona Sul - estão publicados no *Diário Oficial* do dia de hoje, Sr. Presidente.

Era isso, e agradeço, mais uma vez, a participação de todos os presentes aqui, e também dos representantes do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Se puder passar o vídeo agora. (Pausa)

O SR. RODRIGO GOULART - Assim que regularizar o som, reiniciaremos o vídeo.

- Apresentação audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Agradeço a apresentação da Secretaria.

Não havendo mais inscritos e nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma ótima tarde. Muito obrigado pela presença.